

EDITORIAL

A dor do luto por um crime brutal

atentado contra a Escola Municipal Maria Nascimento Giacomazzi, em Estação, na região do Planalto Médio, chocou o Estado e o país pela violência covarde que resultou em uma professora e duas alunas feridas, além de um aluno, de nove anos, morto, com os crimes sendo cometidos por um adolescente munido de uma faca. Ele se valeu de um estratagema para ingressar no espaço escolar, soltou bombinhas para causar um tumulto e aproveitou-se da confusão que gerou para esfaquear as vítimas. O delito causa espécie pela brutalidade e pela circunstância de ser cometido contra pessoas indefesas e sem condições de opor qualquer resistência à ação violenta do agressor.

Infelizmente, este não é um incidente isolado. Os precedentes são muitos em todo o país, como os episódios da creche Centro de Educação Infantil Cantinho Bom Pastor, em Blumenau (SC), em 2023, e o da invasão a

uma escola estadual em Suzano (SP), em 2019, em que os ataques também resultaram em mortos e feridos e traumas para sempre. Estimativas dão conta de que, entre janeiro de 2001 e dezembro de 2024, houve 42 ataques a instituições de ensino no país. Em geral, por trás dessas condutas dolosas, existem motivações que remetem a crimes de ódio incentivados por grupos delituosos que se formam na rede mundial de computadores.

Fatos como esse ocorrido no RS são de difícil prevenção. Contudo, essa constatação não deve ser empecilho para que as autoridades e a sociedade civil estejam atentas para captar sinais que indiquem que tais tragédias estejam por acontecer.

Fatos como esse ocorrido no RS são de difícil prevenção. Contudo, essa constatação não deve ser empecilho para que as autoridades e a sociedade civil estejam atentas para captar sinais que indiquem que tais tragédias estejam por acontecer. Para isso, é preciso que existam canais entre as forças policiais e a coletividade para que as denúncias sejam enviadas para a devida apuração. De acordo com o Núcleo de Prevenção à Violência Extrema do MPRS (Nuvpe), dezenas de atentados puderam ser evitados num período recente exatamente por conta dessa atuação. Não há um segundo a perder nessa empreitada para que se possa agir antes que novos crimes voltem a enlutar outras comunidades com a dor de perdas irreparáveis.



FACEBOOK
CorreioDoPovo



INSTAGRAM
correiodopovo



YOUTUBE
correiodopovoplay



WHATSAPP
(51) 3216.1600



SPOTIFY
Correio do Povo

CHARGE

Amorim

Leia mais em correiodopovo.com.br/opinio/charge



ARTIGO

opinio@correiodopovo.com.br

Leia mais em correiodopovo.com.br/opinio/artigo

Plano Diretor: o futuro de Porto Alegre decidido agora

Germano Bremm

Secretário Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade

A tragédia climática que atingiu Porto Alegre em maio não foi apenas um desastre natural. Foi um chamado. Um alerta de que precisamos planejar a cidade de outra forma: com base na realidade, nos dados, no clima que já mudou – e nas pessoas que não podem esperar.

É por isso que o novo Plano Diretor Urbano Sustentável é tão urgente. Ele propõe um novo modelo de cidade, preparada para enfrentar os desafios do nosso tempo: adaptação às mudanças climáticas, redução das desigualdades territoriais, qualificação dos espaços urbanos e do Lago Guaíba, redução do custo da moradia, garantia de acesso aos serviços públicos e fortalecimento do planejamento urbano.

O plano integra ocupação e infraestrutura. Valoriza a permeabilidade do solo, os sistemas ecológicos (como as áreas de estímulo à infraestrutura verde, bacias hidrográficas e corredores de biodiversidade) e a função social da cidade. Estimula a concentração inteligente de moradias e atividades econômicas perto do transporte e dos serviços públicos, gerando um equilíbrio entre trabalho e moradia, diminuindo o tempo de deslocamento e fortalecendo a economia local.

E transforma o território em motor de financiamento urbano, com regras claras para investir melhor onde mais se precisa, usando instrumentos que financiam infraestrutura e habitação social. Isso garante a recuperação dos investimentos públicos, tornando a cidade mais competitiva e próspera.

Milhares de pessoas participaram da construção dessa proposta, em um processo que assegurou a participação social e comunitária em mais de 180 encontros.

Agora, mais uma vez, a população é convidada a debater essa transformação. No dia 9 de agosto, às 10h, no Auditório Araújo Vianna, será realizada a audiência pública final do Plano Diretor de Porto Alegre — a última etapa de participação antes do envio do projeto à Câmara de Vereadores.

A minuta completa está disponível para leitura e contribuições até o dia da audiência no site prefeitura.poa.br/planodiretor.

Participe! O futuro de Porto Alegre está sendo decidido agora — com transparência, coragem e participação.

Os artigos publicados com assinatura nesta página não traduzem necessariamente a opinião do jornal e são de inteira responsabilidade de seus autores. Podem ser enviados para o e-mail opinio@correiodopovo.com.br. As cartas para o Correio do Leitor, com assinatura, endereço, número da identidade e telefone de contato para confirmação deverão ser enviadas para a Diretoria de Redação do Correio do Povo, na rua Caldas Júnior, 219, CEP 90019-900, ou pelo e-mail doleitor@correiodopovo.com.br. Por razões de clareza ou espaço, as cartas poderão ser publicadas resumidamente.

DO LEITOR

Renato Panattieri

doleitor@correiodopovo.com.br ou via redes sociais

Leia mais em correiodopovo.com.br/opinio/doleitor

Roupas rasgadas

Para onde devem ir as roupas rasgadas? Certamente não servem para doar. Quem precisa de doação necessita de empatia e autoestima, no que a aparência é fator importante. E quem precisa de doação, principalmente vítimas de enchentes, não tem os instrumentos necessários (máquina de costura, linha, agulha) para consertar. Suas necessidades são urgentes: roupas limpas em bom estado. No entanto, roupas rasgadas no lixo não fazem o planeta ser sustentável. Seria interessante termos possibilidades de encaminhar essas peças a grupos voluntários específicos para este tipo de doação, que poderiam consertar essas peças ou aproveitar parte dos bons tecidos e assim ir diminuindo o lixo e vestindo mais os necessitados. Na pior das hipóteses, até um abrigo quentinho para um pet poderia sobrar de uma roupa rasgada. Atitudes semelhantes poderiam se criar para roupas manchadas.

Alice Maciel, Porto Alegre, via e-mail

A epigenética e o direito

Oportuna a entrevista do doutor Ricardo Zimmerman, diretor da insigne Sociedade Brasileira de Medicina da Longevidade (CP, 7/7), que com saber e didática revelou as novas incidências da epigenética, ciência que “tem revelado como nossos comportamentos e o ambiente impactam no metabolismo, interferindo na saúde e longevidade”, como ainda na hereditariedade, segundo explicita. Antes de ingressar na magistratura, tendo também formação na “velha” história natural”, antes que fosse – lamentavelmente, a meu juízo, extinta dos currículos acadêmicos, relembro advertir aos alunos que a ciência russa da época, insistente no lamarckismo e no influxo ambiental como fator para transmissão dos caracteres, estava equivocada, restando o mendelismo como explicação proeminente. Há alguns anos, o jurista Paulo Lôbo, em obra sobre o direito de família (2019), fez referência ao assunto, o que estimulou o afeto remanescente que nutro pela genética, em investigar esse novo paradigma. Logo adquiri a obra de Richard Francis sobre o tema, depois a de Joël de Rosnay, também anotação feita pelo Dr. Pedro Schestatsky e textos de mídia, entendendo possível divulgar a ocorrência do fenômeno no direito em palestras no Instituto dos Advogados (2020), ou intervenções virtuais. Mais tarde, o atrevimento de escrever o artigo “A epigenética e a gravidez de substituição”, publicado do livro “Por um Direito de Família Dialógico”, lançado em comemoração ao XI Congresso Gaúcho de direito de família e sucessões” do IBDFAM, realizado em Pelotas em dezembro de 2022. É, pois, com aplauso que deve ser recebida a contribuição do escritor entrevistado e o apoio deste relevante órgão de imprensa, até como provocação para que estudiosos das áreas envolvidas se debrucem em crescer outras e novas consequências que, seguramente, a epigenética desperta.

José Carlos Teixeira Giorgis

Diretor do Memorial do Judiciário do Estado

Improcedente

Não é razoável a alegação do ministro Moraes de que o presidente Lula, em tese, possa ter cometido desvio de finalidade quando, exercendo sua competência expressa na CF, aumentou as alíquotas do IOF em operações de crédito, câmbio, seguros e investimentos. O objetivo declarado da medida foi contribuir para o equilíbrio fiscal. Todo o tributo é arrecadatário na sua essência, mas sua abrangência, neste caso, limita-se àquelas operações pontuais e a um número restrito de pessoas alcançadas. O que a sociedade espera é que ele e seus pares do STF cumpram seu dever jurisdicional e julguem o feito. A procrastinação só gera mais insegurança jurídica.

José Carlos Morsch, Porto Alegre, via e-mail

GRUPO RECORD RS

FUNDADO EM 1º DE OUTUBRO DE 1895
EMPRESA JORNALÍSTICA CALDAS JÚNIOR

DIRETOR PRESIDENTE
Marcelo Dantas | presidencia@correiodopovo.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO
Telmo Ricardo Borges Flor | telmo@correiodopovo.com.br

DIRETOR COMERCIAL
João Müller | jmuller@correiodopovo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
Fones (51) 3216.1600 e 0800.0099100
atendimento@correiodopovo.com.br

REDAÇÃO
Rua Caldas Júnior, 219
Porto Alegre, RS
CEP 90019-900
Fone (51) 3215-6161

FILIADO:



COMERCIAL
Atendimento às Agências
Fone (51) 3215.6169

Teleanúncios
Fone (51) 3216.1616
anuncios@correiodopovo.com.br

OPEC
Operação Comercial
Fone (51) 3215-6101, ramais 6172 e 6173
opec@correiodopovo.com.br

VENDA DE ASSINATURA
Fone (51) 3216.1606

Modalidade	Capital-POA	Interior RS e SC
Digital (todos os dias)	R\$ 61,00	R\$ 61,00
Impresso Sáb./Dom.	R\$ 90,00	R\$ 98,00
Impresso Seg. a Sex.	R\$ 119,00	R\$ 130,00
Impresso Seg. a Dom.	R\$ 137,00	R\$ 150,00

VENDA AVULSA
Capital-POA: R\$ 5,00
Interior/RS e SC: R\$ 6,00
Demais Estados: R\$ 8,00 mais frete